

**ANÚNCIO DE ABERTURA DE PERÍODO DE APRESENTAÇÃO
DE CANDIDATURAS**

N.º 004/INLOCO/10212/2019

**PEQUENOS INVESTIMENTOS NA TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE
PRODUTOS AGRÍCOLAS**

(Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, Portaria n.º 249/2016 de 15 de setembro, Portaria n.º 238/2017, de 28 de julho, Portaria n.º 46/2018, de 12 de fevereiro, Portaria n.º 214/2018 de 18 de julho, Portaria n.º 303/2018 de 26 de novembro e Portaria n.º 133/2019 de 9 de maio)

A submissão de candidaturas é efetuada entre 19 de setembro (09h:00m:00s) e 15 de novembro (16h:59m:59s) de 2019 ao abrigo do disposto na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na versão republicada pela Portaria 133/2019, de 9 de maio, que estabelece o regime de aplicação da Ação n.º 10.2. do PDR 2020, na tipologia referida na alínea b) do seu art.º 2.º.

Nos termos do artigo 52.º da Portaria supra identificada, são os seguintes os termos e condições aplicáveis ao presente Anúncio:

1. OBJETIVOS E PRIORIDADES VISADAS

As candidaturas apresentadas devem contribuir para o processo de modernização e capacitação das empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas.

2. TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES A APOIAR

A tipologia de intervenção a apoiar respeita a investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas cujo custo total elegível, apurado em sede de análise, seja igual ou superior a 10 000 EUR e inferior ou igual a 200 000 EUR.

3. ÁREA GEOGRÁFICA ELEGÍVEL

A área geográfica correspondente ao território de intervenção do GAL Interior do Algarve Central, a saber:

- concelho de Albufeira (freguesias de Guia e Paderne);
- concelho de Faro (freguesias de Santa Bárbara de Nexe e União das freguesias de Conceição e Estoi);
- concelho de Loulé (freguesias de Alte, Ameixial, Boliqueime, Salir, São Sebastião e União das freguesias de Querença, Tôr e Benafim);
- concelho de Olhão (freguesias de Pechão e União das freguesias de Moncarapacho e Fuseta);
- concelho de São Brás de Alportel (freguesia de São Brás de Alportel);
- concelho de Silves (freguesias de São Bartolomeu de Messines e São Marcos da Serra);
- concelho de Tavira (freguesias de Cachopo, Santa Catarina da Fonte do Bispo e União das freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão).

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental total é de 237.150,72 EUR (despesa pública).

FA

5. NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATURAS ADMITIDAS POR BENEFICIÁRIO

Apenas se admite uma candidatura por beneficiário durante a vigência temporal do presente anúncio.

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os candidatos ao presente apoio e os investimentos propostos devem reunir as condições exigidas nos artigos 14.º, 15.º e 16.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na versão republicada pela Portaria 133/2019, de 9 de maio.

7. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO E RESPECTIVOS FACTORES, FÓRMULAS, PONDERAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

As candidaturas devidamente submetidas que cumpram os critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações, previstos nos artigos 14.º, 15.º e 16.º da Portaria supra identificada, são seleccionadas para hierarquização de acordo com os seguintes critérios de mérito da fórmula da Valia Global da Operação (VGO):

$$\text{VGO} = 3\% \text{ OP} + 35\% \text{ PT} + 17\% \text{ TIR} + 40\% \text{ EDL} + 5\% \text{ AFJER}$$

Em que,

OP – O promotor é agrupamento, organização de produtores, cooperativa ou associação.
Atribuída em função do promotor ser, ou não, Agrupamento ou Organização de Produtores reconhecidos, Cooperativa credenciada, ou associação, com atividades nos setores de investimento, com a seguinte pontuação.

- Agrupamento ou Organização de Produtores reconhecidos, Cooperativa credenciada – 20 pontos;
- Associação (sem fins lucrativos cujo objeto social inclua o desenvolvimento de atividades de serviços de comercialização relacionados com os setores de investimento – 10 pontos;
- Restantes situações – 0 pontos

A pontuação será validada com base na informação relativa à data de submissão de candidatura.

PT – Criação líquida de postos de trabalho

Pontuação atribuída em função de a candidatura prever, ou não, a criação líquida de postos de trabalho, de acordo com a definição da alínea f) do art.º 4.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na versão republicada pela Portaria 133/2019, de 9 de maio.

TIR – Taxa Interna de Rentabilidade

Atribuída em função de o projeto de investimento apresentar uma Taxa Interna de Rentabilidade igual ou superior a 1,50%.

EDL – Nível de contribuição da candidatura para os objetivos da EDL.

Pontuação atribuída em função do contributo da candidatura para os objetivos da Estratégia de Desenvolvimento Local, de acordo com o seguinte:

Subcritérios	Objetivos EDL
--------------	---------------

4

<p>0 pontos – Inadequado – Não contribui para nenhum dos objetivos da EDL</p> <p>5 pontos – Pouco adequado – Contribui para o objetivo I ou II da EDL</p> <p>10 pontos – Adequado – Contribui para dois objetivos da EDL</p> <p>15 pontos – Muito adequado – Contribui para três objetivos da EDL</p> <p>20 pontos – Completamente adequado - Contribui para quatro ou mais objetivos</p>	<p>I) Apoiar a criação de empresas A operação visa criar uma nova empresa (menos de 5 anos). A verificar através da declaração de início de atividade.</p> <p>II) Promover o desenvolvimento e a expansão do tecido empresarial existente A operação visa apoiar o desenvolvimento e a expansão de empresa já existente. A verificar através da ficha de imobilizado entregue à data da candidatura, assinada pelo TOC, em caso de contabilidade organizada ou assinado pelo promotor em caso de regime de contabilidade simplificado.</p> <p>III) Estimular a criação de dinâmicas de cooperação empresarial local A operação contempla, de forma explícita, a cooperação com outras empresas do território Interior do Algarve Central. A aferir através do estabelecimento de protocolos de parceria.</p> <p>IV) Reforçar a comercialização de proximidade dos produtos endógenos A operação contempla ações de comercialização dos seguintes produtos do território: transformados à base de hortícolas e frutícolas (citrinos, ameixa, albricoque, medronho, marmelo, pêssego, pêra), frutos do pomar de sequeiro (figo, amêndoa, alfarroba, azeitona), produtos apícolas, ervas aromáticas, uvas, leite de cabra e ovelha.</p> <p>V) Valorizar a formação dos agentes económicos e sociais O promotor detém formação na área da operação. A verificar através de certificados de formação.</p>
---	---

AFJER – Candidatura apresentada por pessoa singular ou coletiva reconhecida com o estatuto de agricultor familiar ou de jovem empresário rural.

Atribuída em função do promotor ter submetido reconhecimento a um dos dois estatutos referidos, condicionado à sua aprovação.

Aos critérios de seleção indicados será atribuída a pontuação de 20 ou 0, em função de o promotor cumprir ou não cada um dos critérios de seleção, e uma pontuação entre 20 e 0 para o critério de seleção EDL.



As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Valia Global da Operação.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas entre si de acordo com os seguintes critérios:

- 1º - Candidatura com maior número de postos de trabalho a criar;
- 2º - Candidatura com maior pontuação no critério EDL;
- 3º - Candidatura com maior valor da TIR;
- 4º - Candidatura com maior valor de investimento elegível;
- 5º - Ordem de receção de candidatura no sistema de informação.

Nos termos do n.º 7 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro a pontuação mínima necessária para a seleção das operações candidatas não pode ser inferior ao valor mediano da escala de classificação final de 0 a 20.

As candidaturas que não obtenham a pontuação mínima de dez pontos são indeferidas.

8. FORMA, NÍVEL E LIMITES DOS APOIOS

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídio não reembolsável até ao limite máximo de 150 000 EUR de apoio por beneficiário.

O nível de apoio a conceder no âmbito do presente período de apresentação de candidaturas, com base no custo total elegível, apurado em sede de análise, dos investimentos propostos na candidatura, em percentagem, é de, conforme definido no Anexo V da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na versão republicada pela Portaria 133/2019, de 9 de maio:

- 35% para as freguesias de Guia e Paderne (no concelho de Albufeira), Pechão e União das freguesias de Moncarapacho e Fuseta (concelho de Olhão) e União das freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão (concelho de Tavira);
- 45% para as restantes freguesias do território de intervenção do GAL Interior do Algarve Central.

9. DESPESAS ELEGÍVEIS E NÃO ELEGÍVEIS

Com exceção das despesas gerais referidas no n.º 7 do anexo IV apenas são elegíveis as despesas efetuadas após a data de submissão da candidatura.

As despesas elegíveis e não elegíveis são, designadamente, as constantes do Anexo IV da mesma Portaria.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas são submetidas através de formulário eletrónico disponível no sítio no portal do Portugal 2020 em www.portugal2020.pt, do PDR2020 em www.pdr-2020.pt ou no sítio do GAL em www.in-loco.pt e estão sujeitos a confirmação por via eletrónica a efetuar pela entidade recetora.

11. MEIOS DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

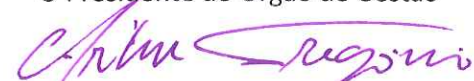
O presente Anúncio e demais informação relevante, nomeadamente legislação, formulário, orientação técnica que inclui a lista de documentos a apresentar, estão disponíveis no portal do PORTUGAL 2020, em www.portugal2020.pt, no portal PDR 2020 em www.pdr-2020.pt e no sítio

do GAL em www.in-loco.pt, podendo ainda ser obtidos esclarecimentos junto do GAL Interior do Algarve Central através do endereço dlbc@in-loco.pt ou pelo telefone 289 840 860.

O presente Anúncio é ainda publicitado em dois órgãos de comunicação social.

São Brás de Alportel, 28 de agosto de 2019

O Presidente do Órgão de Gestão



(Artur Filipe Teixeira da Silva Gregório)